

*DIÁLOGO ENTRE OCTÁVIO
BRANDÃO E MÁRIO PEDROSA: A
CONCEPÇÃO DUALISTA DO PCB*

Dialogue between Octávio Brandão and Mário Pedrosa:
The dualist conception of PCB

Thiago Martins de Moura Bosco

DIÁLOGO ENTRE OCTÁVIO BRANDÃO E MÁRIO PEDROSA: A CONCEPÇÃO DUALISTA DO PCB

Thiago Martins de Moura Bosco¹

Resumo

Neste artigo buscaremos promover o diálogo entre duas obras produzidas no período de 1924 a 1930, que têm como seu principal objetivo compreender a formação do Brasil sob o aspecto político, social e econômico, mas que guardam, cada uma, uma visão diferente do mesmo processo. Essas obras são *Agrarismo e Industrialismo*, de Octávio Brandão, e *Esboço de uma análise econômica e social do Brasil*, de Mário Pedrosa e Lívio Xavier. As ideias discutidas por esses autores marcaram a formação da ideologia do PCB nos seus anos iniciais, principalmente a concepção de Brandão de uma possível revolução em fases no Brasil e a oposição entre agrarismo e industrialismo.

Palavras-chave: PCB, Otávio Brandão, Mário Pedrosa

Abstract

Taking as a reference the perspective of comparative history, in this article we will seek to promote the dialogue between two works produced in the period from 1924 to 1930, whose main objective is to understand the formation of Brazil under the political, social and economic aspects, but which keep, each a different view of the same process. These works are *Agrarismo e Industrialismo*, by Octávio Brandão, and *Esboço de uma análise econômica e social do Brasil*, by Mário Pedrosa and Lívio Xavier. The ideas discussed by these authors marked the formation of the PCB ideology in its early years, especially Brandão's conception of a possible revolution in phases in Brazil and the opposition between agrarianism and industrialism.

Keywords: PCB, Otávio Brandão, Mário Pedrosa

¹ Mestre em História pela PPGH-UFG, e-mail: thiagosbosco@gmail.com, Endereço para acessar Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2129698038818360>

Introdução

Estamos comemorando em março de 2022 os 100 anos da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e seria de grande importância visitar o passado do partido e traçar a evolução da sua base teórica. Com o espaço curto de um artigo, pretendemos aqui, tomando como referência a perspectiva de história comparada, e procurando o melhor entendimento sobre a análise da situação nacional mais aceita pela direção do PCB na década de 1920, promovendo um diálogo entre duas obras produzidas no período de 1924 a 1930, que tem como seu principal objetivo compreender a formação do Brasil sob o aspecto político, social e econômico, mas que guardam, cada uma, uma visão diferente do mesmo processo. Essas obras são *Agrarismo e Industrialismo*, de Octávio Brandão, e *Esboço de uma análise econômica e social do Brasil*, de Mário Pedrosa e Lívio Xavier.

Nas resoluções do II Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado nos dias 16,17 e 18 de maio de 1925, destacou-se o esforço dos membros do partido para construir uma análise sobre a situação nacional. O resultado da análise, que se tornou uma posição teórica do partido para seus militantes, se baseou na concepção dualista “agrarismo – industrialismo”. Segundo essa concepção, a contradição fundamental da sociedade brasileira seria a luta entre o capitalismo agrário semifeudal no espaço agrário brasileiro, e o capitalismo moderno dos grandes centros urbanos que surgiam a época no Brasil impulsionado pela industrialização. Com isso, o processo revolucionário no Brasil, para conseguir seu êxito, comportaria duas etapas. A primeira como uma insurreição pequeno burguesa, ligada ao movimento tenentista, e a segunda etapa da revolução de fato levada pelos proletariados, que participaram da primeira fase condicionando a

formação da segunda²(SEGATTO, 1981). E o teórico de fato por de trás dessa tese é Octávio Brandão.

Octávio Brandão e Mário Pedrosa: vida e obra

Octávio Brandão (1896-1980) nasceu no município de Viçosa, no estado de Alagoas. Formado em Farmácia, foi um dos principais militantes comunistas do Brasil. Na sua juventude, aderiu ao anarco-sindicalismo, passando por uma inflexão política nos anos 1920, e tornando-se um dos principais fundadores e dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCB). Gostava de ler grandes teóricos das ciências naturais e geógrafos do século XIX, como os naturalistas Darwin e Haeckel, os geógrafos Humbolt e Ratzel, e o físico Ritter, mas também gostava de Zumbi, Tiradentes e Euclides da Cunha. A leitura desses brasileiros serviu para lhe dar uma visão da realidade brasileira. Segundo Marcos Del Roio (2015), a natureza dessas leituras levou Octávio Brandão a uma “religião humanista de caráter positivista”, como uma marca de continuidade em seu pensamento, do anarcossindicalismo ao marxismo.

Em Alagoas, Octávio Brandão iniciou seu contato com os anarquistas por intermédio do periódico “*Tribuna do Povo*”, do editor Antônio Bernardo Canellas, que circulou entre 1916 e 1917. Brandão passa a acompanhar Antônio Bernardo Canellas e, em julho de 1917, esse último montou um periódico em Maceió chamado *A Semana Social*, onde Brandão o apoiou como um de seus diretores. Esse periódico cumpriu um papel importante em Alagoas, que seria apoiar o movimento operário e as greves gerais que se espalhavam pelo país em 1917, além de disseminar as ideias dos anarco-sindicalistas contra a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Com o fechamento do periódico pela repressão do governo no final de 1917, Octávio Brandão

²Nota-se que essa tese se mostra como uma adaptação do que ocorreu na Rússia em 1917, com o processo revolucionário sendo visto como um processo mecânico em que um movimento geraria automaticamente outro que estão intimamente ligados.

começou a colaborar com a imprensa anarquista do Rio de Janeiro, onde conhece Astrojildo Pereira e José Oiticica, que o aproximaram do movimento *Vanguarda Operária Anarcossindicalista*³.

Octávio Brandão militou no primeiro Partido Comunista do Brasil⁴, onde colaborou com os trabalhos do jornal *Spartacus*. Mas, a chegada da notícia de que, no desenvolver da Revolução Russa houve repressão violenta das forças bolcheviques contra os anarquistas russos, desestabilizou o movimento aqui no Brasil e esvaziou o recém-criado Partido Comunista do Brasil. Ainda em 1919, o grupo *Clarté* da França influenciou muitos militantes das lutas operárias e artistas no Brasil. Marcando um movimento de transição do anarquismo para o marxismo, personalidades como Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira e Octavio Brandão, com o espírito do grupo *Clarté* e influenciados pela Revolução Russa, formaram o *Grupo Comunista Zumbi* (RUY, 1996).

Mas o que se vê no movimento operário no começo da década de 1920 é uma cisão do grupo que criou o primeiro partido comunista em dois grupos: um que defende os princípios do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, no qual participaram pessoas como Edgard Leuenroth e José Oiticica; e outro que continua a defender a Rússia Soviética, a Revolução e a construção de um partido socialista, no qual militaram Astrojildo Pereira e José Elias da Silva. Nesse primeiro período em que se formaram os grupos, Octávio Brandão oscilou entre os dois caminhos. No congresso de formação do segundo - e o que permanece até hoje - Partido Comunista do Brasil (o PCB), entre 23 e 25 de março de 1922, Octávio Brandão não participou, pois ainda defendia a aliança entre comunistas e anarquistas. Contudo, a repressão do governo aos

³ Idem, s.p.

⁴ No congresso de fundação da III Internacional Comunista em Moscou, em 2 de março de 1919, ficou acordado que todos os partidos socialistas revolucionários criados a partir daquele momento se chamariam Partido Comunista, para se distanciar dos criados no período da II Internacional Comunista, falida em 1914 com a guerra. Em 9 de março de 1919, sete dias depois, foi criado no Rio de Janeiro o primeiro Partido Comunista do Brasil. Formado principalmente por lideranças do anarquismo, durante sua curta vida, foi um grande defensor da revolução de 1917 e de Lênin no Brasil (BUONICORE, 2017).

movimentos, desencadeada pelo estado de sítio decretado ao levante dos 18 do Forte de Copacabana, mudou a ideia de Brandão, que, por fim, aderiu ao PCB (DEL ROIO, 2015)⁵.

Os anos 1920 foram anos conturbados para a política brasileira: a eleição de Arthur Bernardes criou um desentendimento do novo governo com os militares. Em junho de 1922, após as eleições e antes da posse de Arthur Bernardes, o Clube Militar lançou um protesto contra a subutilização do exército pelo governo para intervir na política local de Pernambuco. Isso gerou a prisão de Hermes da Fonseca, ex-presidente da república, e à época presidente do Clube Militar, e o fechamento do próprio clube. Após a Primeira Guerra Mundial, houve um crescimento visível de operários e da classe média urbana, que passaram a firmar presença na política, defendendo a transformação da República Oligárquica em República Liberal. O ponto de união desses grupos era a oposição que eles desenvolveram à oligarquia agrária cafeeira. Esses foram alguns dos fatores que levaram a eclodir o movimento tenentista no Brasil, que antes de 1930 se desenhava como um movimento de rebeldia contra o Governo Federal, e se desenvolveu em dois episódios: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922 e a Revolução de São Paulo, em 5 de julho de 1924. Embora o descontentamento da ala militar com o governo federal fosse geral, principalmente com militares de alta patente, foram principalmente os tenentes e sargentos que levaram a cabo os dois episódios da revolta (FAUSTO, 1998, p. 307-309).

⁵Nesse momento podemos perceber uma inflexão no pensamento de Octávio Brandão, que, como militante do PCB, se dedicou então à defesa da Rússia Soviética e à construção do Partido Comunista como uma nova vanguarda da classe operária no Brasil. Começou a estudar os textos de Lenin, Marx e Engels para compreender o materialismo histórico, e com ele construir um instrumento de análise da realidade brasileira e suas contradições. Em 1924, traduziu e publicou o Manifesto do Partido Comunista. Essa nova empreitada de Octávio Brandão foi consolidada dentro do espaço institucional do Partido Comunista do Brasil, e seus trabalhos serviram de inspiração para a organização das diretrizes do partido, bem como para a ideia de revolução brasileira aceita pelos comunistas. Dentro do partido, Octávio Brandão, junto com Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda, formaram a *Comissão Central Executiva*, trabalhando na atividade de propaganda e agitação. Esses três nomes constituíram o grupo dirigente original do PCB nos seus anos iniciais.

Com a derrota da Revolta de São Paulo, em 28 de julho de 1924, quando o General Isidoro Dias Lopes, líder das tropas revoltosas, fugiu de São Paulo rumo ao interior do estado, Octávio Brandão, estimulado por Astrojildo Pereira, começou a escrever sua análise sobre a Revolta de São Paulo e sobre o seu significado. Como o movimento tinha sido derrotado, a análise seria um esforço de entender o cenário político brasileiro do período, e com menos de um mês depois já estava pronto o esboço do que seria o livro *Agrarismo e industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. O livro de fato foi impresso em Buenos Aires e publicado em 1926, com Brandão usando o pseudônimo de Fritz Mayer, para fugir da perseguição do Estado brasileiro.

Segundo Cunha (1997), o livro de Octávio Brandão apresenta um esboço de uma explicação teórica da sociedade brasileira, com características do marxismo. Ao escrever seu livro, Brandão sofreu influência do seu tempo, como o progressivo caráter revolucionário do proletariado brasileiro, que naquele momento estava em transição do anarquismo para o comunismo da criação do PCB e da III Internacional Comunista; e do pensamento positivista que ainda permeia o universo de luta do operariado. Confirmando o que Astrojildo Pereira disse em 1926, Cunha (1997, p. 54) afirma: “constitui uma tentativa de elaboração de uma perspectiva metodológica de análise marxista, embrionária e pouco fundamentada, mas pioneira e ousada e fortemente contextualizada no período e no processo histórico”. *Agrarismo e Industrialismo* teve uma importante contribuição para a formação do PCB e dos intelectuais no período.

Ao tratar do aspecto teórico de *Agrarismo e Industrialismo*, Del Roio (2015) diz que a obra, a rigor, não tem uma análise marxista-leninista, mas tem seu valor como uma tentativa de interpretação da organização social do Brasil, com suas contradições e suas perspectivas. Del Roio (2015) ainda aponta para dois problemas de ordem metodológica: primeiro a fragmentação da realidade em processos e em causas de diferentes ordens, como a política, a econômica e a

psicológica, e, em segundo, a tomada da cena internacional como pontos de partida da análise social brasileira, a organização social no Brasil como um ponto de contato entre os imperialismos.

Mário Pedrosa nasceu em 1900 na cidade de Timbaúba, no estado de Pernambuco. Filho de político⁶ influente, teve uma juventude muito próxima aos ciclos de poder no Rio de Janeiro, capital do Brasil, e na Paraíba, onde sua família era proprietárias de terras e migraram para a vida pública. Em 1913, seu pai, que acabara de assumir o cargo de senador da república, o enviou para estudar no *Institut Quiche*, em Chato de Vidy, na Suíça, retornando ao Brasil em 1916, com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial. Mário Pedrosa já tinha contato com a política através da influência paterna, mas, em uma entrevista ao jornal *O Estado de SP*, relatou a importância de assistir a um discurso de Rui Barbosa, em 1916, para o surgimento de seu interesse pela política, fato que o acompanharia pelo resto da vida. Esse foi o primeiro ato político de peso que assistiu, na época com dezesseis anos e recém retornado da Europa.

Em 1920, Mário Pedrosa ingressa na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o que lhe rendeu uma nota na coluna social do Jornal *O Paiz*⁸: “Foi aprovado hontem (*sic*), nas cadeiras do 1º ano de direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes, o acadêmico Mário Pedrosa, filho do senador Cunha Pedrosa”. Em 1925, Pedrosa ingressa no PCB e se destaca como militante e membro do “Socorro Vermelho⁹”, e na edição da *Revista Proletária*¹⁰. Com isso, a direção do

⁶ Pedro da Cunha Pedrosa, pai de Mario Pedrosa, foi um político paraibano que, dentre outros cargos públicos, elegeu-se deputado no primeiro Congresso Constituinte Republicano do Estado da Paraíba, em 1891, e foi senador da República pelo estado da Paraíba, entre 1912 e 1922 (KAREPOVS, 2017, p.36).

⁷ *O Estado de SP*, 24/12/1978, p.8, “Hora é ideal para criar novo PS”.

⁸ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12/03/1920, p.5, “Vida Social”

⁹ No Jornal “A Manhã” do Rio de Janeiro, do dia 19/07/1927, há uma nota em sua página 2 com o título: “Foi creado o Socorro Vermelho”. Nela há todos os objetivos principais da organização, “o de assistência moral, material e judiciária a todas as victimas de luta de classes e o do despertar e desenvolver o princípio de solidariedade universal da massa trabalhadora”. Ficou também definido na nota a Comissão Central, formada por: Deputado Azevedo Lima, Professor Luiz Carpender e Castro Rebello, Drs. Evaristo Moraes, Mário Pedrosa, Emílio de Mesquita, Danton Jobim, Lívio Xavier e Roberto Morena.

partido decide enviá-lo a Moscou em 1927, e, embora não tivesse chegado ao destino, manteve contatos com membros da oposição de esquerda. Mário Pedrosa volta ao Brasil em 1929 e ajuda a organizar o primeiro agrupamento oposicionista de esquerda no país, o Grupo Comunista Lenine (GCL), em 1930, assim como o periódico *A Luta de Classes*, lançado em maio de 1930 e que serviria como um meio de comunicação das ideias do grupo. O GCL não teve uma vida longa e alguns militantes como Mario Pedrosa e Lívio Xavier, fundaram outros grupos como: Liga Comunista Internacionalista (LCI) e o Partido Operário Leninista (POL). Em 1938, com o pseudônimo de Lebrum, Mário Pedrosa participou da conferência que daria origem à IV Internacional Comunista, como representante das seções latino-americanas da *Oposição de Esquerda*, sendo membro do Comitê Executivo (CE) em Nova York. Ainda em 1938, iniciou uma discussão com Trotsky acerca de sua defesa incondicional da URSS como um país proletário. Essa discussão culminou com a expulsão de Pedrosa do Comitê Executivo da IV Internacional, fato que encerra a fase em que o intelectual pernambucano militou nas lutas sindicais e em partidos trotskistas, que vai de 1930 a 1940 (MARQUES NETO, 1993, p. 26).

Em 1940, Mário Pedrosa e sua esposa Mary Houston fugiram do Brasil por perseguição política determinada pelo Estado Novo, e se refugiaram em Nova York. Tendo iniciado seus estudos sobre arte em 1933, no período de exílio, aprofundou seu conhecimento sobre literatura e arte crítica. Com a abertura política, durante a queda de Getúlio Vargas, Mário Pedrosa retornou ao Brasil em 1945 e fundou o semanário *Vanguarda Socialista*. No mesmo período foi criado o Partido Socialista Brasileiro (PSB), onde ele se filiou, levando o semanário para dentro da estrutura do partido, período em que Mário Pedrosa introduziu as ideias de Rosa Luxemburgo no Brasil¹¹. No ano de 1964, Pedrosa começou sua pesquisa para a produção de dois livros

¹⁰ Revista do PCB em que Mário Pedrosa era editor. Só teve um único volume publicado em 1926 com o nome de Mário Grazini como editor, mas em várias correspondências que enviara a Lívio Xavier, Mário Pedrosa deixa claro que ele mesmo foi o editor desse único número da revista (KAREPOVS, 2017, p.42).

¹¹ “Aqui Rosa Luxemburgo chegou pelas mãos de Mário Pedrosa. A partir de 1945, ele divulgou as ideias políticas da revolucionária polonesa em seu jornal *Vanguarda Socialista*” (LOUREIRO, 2011, p.7).

importantes para a análise das escolhas política e econômica dos governos brasileiros, *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, que foram publicados em 1966. Em 1970, Pedrosa passou a sofrer perseguições políticas do Estado brasileiro e foi processado por difamar o Brasil no exterior, ao denunciar torturas, prisões políticas e desrespeito aos direitos humanos perpetrados pela ditadura militar. Fugiu mais uma vez do Brasil e exilou-se no Chile, onde criou, com o apoio de Salvador Allende, o Museu da Solidariedade, com obras de artistas internacionais. Em 1973, com o golpe militar no Chile, Pedrosa foi para Paris e publicou a obra *A crise mundial e Rosa Luxemburgo*. Já no Brasil, em 1979, publicou a *Carta a um operário*, ocasião em que se filiou ao recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT). Mário Pedrosa morreu em 1981, conhecido internacionalmente como um dos maiores militantes políticos e críticos de arte (MARQUES NETO, 1993, p. 27).

Diálogo entre Pedrosa e Brandão

Agrarismo e Industrialismo é um ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil, sendo organizado em três partes. A primeira é reservada à explicação das origens das revoltas tenentistas, principalmente a de 1924. O autor faz um estudo das situações políticas e econômicas internas e externas, e as características psicológicas que influenciaram a eclosão do movimento. Ainda na primeira parte, tem-se a equiparação da situação agrária brasileira com o sistema feudal europeu, mas com algumas características intrínsecas ao Brasil, e a inclusão do país no imperialismo internacional como área de disputa entre os imperialismos inglês e estadunidense. Na segunda parte, Octávio Brandão faz uma síntese da primeira, chamando uma maior atenção para a dissonância da situação nacional com a internacional, onde a realidade interna aparece atrasada em relação ao exterior. Quanto às duas revoltas tenentistas, afirmou que o movimento operário teria que aprender com os erros

cometidos e Brandão acreditava que uma terceira tentativa ocorreria, mais cedo ou mais tarde, na qual o operariado sairia vitorioso. É interessante notar que as duas primeiras partes do livro foram escritas de 28 de julho a 22 de agosto de 1924, e a terceira parte em 13 de março de 1925, seis meses depois de concluir o esboço. Na terceira parte, Brandão se dedicou a discutir a revolta permanente de alcance internacional.

Ao começar a escrever a primeira parte de seu livro, em 28 de julho de 1924, as tropas revoltosas estavam deixando a cidade de São Paulo e caminhavam à luta de guerrilhas no interior do estado. A revolta ainda não havia acabado, mas Octávio Brandão já dava a derrota como certa, pois começava a avaliar seu significado, analisando as causas que levaram ao movimento e, com a certeza de que uma terceira revolta estaria por vir, o autor separou as causas em econômicas, políticas e psicológicas. Octávio Brandão enumera várias causas econômicas que culminaram na revolta paulista, mas há duas linhas principais: a luta entre o imperialismo inglês e o imperialismo estadunidense pelo controle do mercado brasileiro, e o endividamento do Estado brasileiro como medidas para salvar os grandes fazendeiros de café. Essas práticas de endividamento do Estado ajudaram na formação de uma elite financeira atuando no país e liderada pelo Banco do Brasil, que mantinha o controle de outras atividades econômicas além da financeira, como por exemplo, comprando os grandes jornais como o *Imparcial* e o *Jornal do Comércio*.

Nas causas políticas, Octávio Brandão inicia o desenvolvimento de sua ideia de oposição entre cidade e campo, atribuindo as causas políticas da Revolta de São Paulo à rivalidade política e econômica entre os fazendeiros e a pequena e grande burguesia. Para ele, os direitos políticos dos trabalhadores e dos industriais eram pisados pela política agrária do governo federal. Essa “política agrária” acabou virando uma “economia agrária”, com todo o aparato econômico do Estado voltado à manutenção da economia cafeeira, mesmo que a produção manufatureira de São Paulo tenha crescido, segundo Brandão, ao ponto de nivelar-se e posteriormente ultrapassá-la. Esse dilema entre campo e cidade foi questionado por Mário Pedrosa e Lívio Xavier no *Esboço*,

discussão que será feita mais adiante. Nas causas psicológicas, pode-se notar que Octávio Brandão reacende seu espírito positivista na defesa do progresso da ciência, da luta entre o liberalismo e as ideias atrasadas e “tacanhas” dos governadores. Junte-se a isso o estímulo criado pela revolução russa, o abalo social pós Primeira Guerra Mundial e as repressões do Estado contra aqueles que lutavam contra o “feudalismo brasileiro”.

Após analisar as causas da revolta paulista de 1924, Octávio Brandão parte para a contextualização e a incorporação do movimento dentro das situações internacional e nacional. Brandão afirma que: “Se isolarmos do cenário mundial, a revolta de 1924, em São Paulo, perderíamos uma de suas significações fundamentais. Nossa escala, nosso padrão de análise é um padrão universal. Baseia-se no internacionalismo leninista” (BRANDÃO, 2006, p. 29). E o cenário internacional é marcado pelo novo avanço da vaga revolucionária depois da derrota em 1923, na Alemanha. A burguesia, no entanto, tentando parar esse avanço operário utiliza-se de vários meios para chegar ao seu objetivo, principalmente apoiar o fascismo, e, para Brandão “o punhal fascista é importante contra a revolução mundial” (BRANDÃO, 2006, p.30).

Ao escrever o livro antes das vitórias fascistas da década de 1930, Brandão errou na previsão, afirmando que essa tática burguesa de aliança com os fascismos já estava demonstrando seu fracasso, e que a esquerda estava crescendo no mundo, tendo como exemplo a França e a Alemanha, onde o Partido Comunista estava crescendo, e a desilusão das massas com a socialdemocracia daria apoio a ele. No entanto, agora sabe-se que sua na previsão não aconteceu de fato. Octávio Brandão via no mundo uma batalha internacional, uma guerra internacional entre as classes, e o *Revolta Paulista* seria uma escaramuça desse movimento internacional com suas características peculiares. O autor dá como o exemplo o fato de que, no mundo civilizado, o operário luta contra a burguesia, e aqui no Brasil, a burguesia briga com os fazendeiros de café. Octávio Brandão coloca a situação brasileira em uma condição em que, principalmente, a pequena burguesia ainda é uma classe revolucionária. Para ele, a sociedade brasileira não passou pelo

desenvolvimento do capitalismo, continuamos no colonialismo e, para construir uma nação brasileira, teríamos que passar por uma revolução burguesa.

Mas Brandão faz um paralelo ente a luta de classes no Brasil o que aconteceu na Alemanha em 1848. Em 1848, na primavera dos povos, a burguesia lutou lado a lado com o operariado contra os governos autocráticos e, depois de conquistar o poder e organizar governos com base no liberalismo, traiu o trabalhador e criou formas de explorá-los ainda mais. E isso poderia ocorrer no Brasil também, por isso o movimento operário teria que manter a guarda, já que, depois de derrotar a elite agrária feudal, a luta se viraria contra a burguesia.

Depois de encaixar a Revolta de São Paulo no cenário internacional, Brandão analisa a situação nacional, que deu as características regionais ao movimento que, também na visão do autor, é internacional. Por que as revoltas brasileiras tomaram os rumos que tomaram? Para o autor, essa resposta estaria nas condições políticas, econômicas, sociais e psicológicas do Brasil. Um aspecto interessante é essa divisão na análise de Octávio Brandão: dá a entender que ele busca a compreensão total da realidade brasileira partindo de um caos. O objeto de seu estudo foi a revolta paulista de 1924, mas para compreender esse fato particular ele destrincha a sociedade brasileira em várias partes não isoladas, dando valor principalmente a elementos econômicos, políticos e psicológicos, mas também levando em conta o estágio de desenvolvimento da natureza e do homem brasileiro. Segundo Brandão (2006, p.32-33), o homem brasileiro, assim como a terra do Brasil, ainda estava em formação. Não existe o “brasileiro”, é um tipo indefinido de mistura de raças com sub-raças, e é essa situação que se projeta para outras áreas da vida nacional.

Para Octávio Brandão, a economia agrária, que gera uma política também agrária, foi o amálgama para uma sociedade feudal existente no Brasil. Brandão faz uma alusão à metáfora de Marx sobre a base e a superestrutura para apoiar sua tese de sociedade feudal: a característica econômica brasileira gerou uma sociedade com características feudais. O país tinha uma economia instável baseada em exportação de produtos primários, que tem seu preço flutuante no mercado;

uma estrutura rural feudal, constituída por colonos-servos e os grandes fazendeiros; e uma indústria principiante, composta por apenas 13 mil estabelecimentos concentrados no litoral e regiões próximas, com aproximadamente 275 mil trabalhadores. Em uma comparação com outros países industrializados, o Brasil era um país agrário e atrasado. E essa economia rural e feudal, que gerou também uma política rural, onde os grandes fazendeiros de café comandavam os governos, principalmente o federal, que aceitava o colonialismo britânico com seus investimentos e empréstimos ao desenvolvimento da produção cafeeira no país. Para Octávio Brandão, o sistema feudal caracterizou-se pela mão de obra servil e a religiosidade católica. Assim, como donos do Brasil, os grandes proprietários de terras utilizavam em suas propriedades o trabalho servil. Na região sul se encontrava o colono, e nos engenhos do norte se encontrava o trabalhador de enxada, dois grupos de trabalhadores em regime de servidão e que foram os alicerces da economia brasileira. Isso fica claro nessa passagem da obra:

Hoje, os descendentes de todos esses escravistas barões feudais são os senhores da nação. Ide ao Congresso, revolvei as repartições públicas e só encontrareis isso: agrários ou descendentes de agrários. São eles os legisladores e executores; são eles os sanguessugas, são eles os juizes e os carrascos. Sobretudo os carrascos... (BRANDÃO, 2006, p. 40).

Ao fim da primeira parte de *Agrarismo e industrialismo*, Octávio Brandão explora o imperialismo e suas marcas no mundo e no Brasil. Tomando como referência a obra de Lênin, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Brandão define o imperialismo como a última etapa do capitalismo; ele atingiu seu ápice e seria só queda até seu fim, e a III Internacional Comunista também iria lhe impor esse caminho. Com o desenvolvimento da fase imperialista, desapareceriam as pequenas empresas e os trustes e cartéis tomariam conta do mercado, surgindo assim uma oligarquia financeira mundial, onde os bancos controlariam boa parte da produção industrial, ou seja, todo o mundo viraria satélite de Wall Street. A Inglaterra e os Estados Unidos eram grandes exportadores de capital, e o Brasil, pobre e agrário, era um grande importador de capitais, ficando

sob a área de influência dessas grandes potências imperialistas. E para combater o imperialismo e o agrarismo, os trabalhadores teriam que se organizar e criar um Partido Comunista forte e articulado com as ideias de Lenin.

Octávio Brandão acreditava que a luta pela libertação do Brasil deveria ser uma, contra o imperialismo e contra o agrarismo. E para derrotar o agrarismo feudal brasileiro, a pequena burguesia proletarizada teria um papel fundamental. Era essa a função das revoltas tenentistas, principalmente a de São Paulo, de 1924. Sobre isso Brandão diz:

Ora, a revolta de 1924 está desagregando a economia agrária de São Paulo, a economia que dominava o Brasil. Está desagregando, portanto, a política rural de São Paulo a política que dominava o Brasil. A política nacional vai começar a girar em torno do industrialismo. A pequena-burguesia proletarizada acentuara sua marca para a esquerda, para o radicalismo. Se a pequena burguesia e os grandes industriais procurarem organizar-se politicamente, o grande agrário terá perdido dois de seus grandes aliados: a economia, o caos da oposição burguesa (BRANDÃO, 2006, p. 148).

E nessa luta nacional entre a burguesia urbana e os fazendeiros agraristas, qual seria o papel do operário, do trabalhador urbano? Brandão fala de uma aliança entre o operariado e a pequena burguesia, que, diante da precariedade da organização operária, teria a liderança do movimento nos moldes da luta burguesa, estruturando uma revolução democrática pequeno-burguesa, a qual destruiria a política agrária e desenvolveria o capitalismo brasileiro baseado na industrialização. Esse momento não demoraria a chegar e Octávio Brandão o chamou de “terceira revolta”, pois seria agravada por uma crise econômica ligada ao café, que perderia o financiamento do capital imperialista, e pelas lutas dos trabalhadores da cidade e, principalmente, do campo. E assim teríamos a libertação nacional (BRANDÃO, 2006, p. 150).

Depois da revolução burguesa de libertação nacional, como deveriam se comportar os trabalhadores do campo e da cidade? Octávio Brandão afirma que:

Dada esta situação objetiva, a vitória da pequena-burguesia aliada ao grande burguês industrial e, posteriormente, a vitória do proletariado, serão meras questões subjetivas. [...] No Brasil, a revolução dos operários industriais contra o regime burguês industrial,

regime do salariado, irá coincidir com a revolução agrária, dos trabalhadores rurais contra o regime agrário, regime feudal, regime de servidão, fundir os dois movimentos em um só – transformar o nosso 1789 numa revolução permanente, da qual brotará nosso 7 de novembro de 1917 – tal deve ser uma das obras fundamentais dos comunistas do Brasil (BRANDÃO, 2006, p. 150).

As teses adotadas pelo PCB na década de 1920, e que tem como base teórica o *Agrarismo e Industrialismo*, estão de acordo com as instruções da Internacional Comunista para a Revolução na China, a revolução por etapas. A primeira é a libertação do país das mãos do imperialismo inglês, com o apoio da pequena burguesia, cujo objetivo seria expulsar do país todos os imperialistas de sua metrópole e fazer florescer o sentido fraternal entre os trabalhadores. Na segunda etapa, os trabalhadores se assumiriam como sujeitos da revolução, que nesse segundo momento ganharia características socialistas, pois o processo de industrialização levaria a um desenvolvimento e articulação da classe operária, e essa levaria a cabo a revolução que instalaria a ditadura do proletariado.

Outra obra muito importante para a compreensão da formação econômica e social do Brasil produzida nesse período é o *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, produzida por Mário Pedrosa e Lívio Xavier com os pseudônimos M. Camboa e L. Lyon, respectivamente. Escrito em 1930 e publicado no volume de fevereiro e março de 1931 no jornal *La lutte de classes* na França, esse pequeno ensaio surgiu em um momento de dissidência dentro do PCB e a chegada das ideias de Trotski ao Brasil. Segundo Fúlvio Abramo:

“No Esboço” – da autoria comum de Mário Pedrosa e Lívio Xavier – faz-se, pela primeira vez no Brasil, um esforço sério para compreender a formação nacional a partir de sua situação de colônia e, depois, de país independente. Na ocasião o Partido Comunista não levantara qualquer estudo sério sobre as características da situação nacional. Bastavam-lhe as generalizações antimarxistas de Octávio Brandão e os ukases vindos da III Internacional via Bureau Sul-americano (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 35).

Durante muitos anos não se teve notícias desse texto aqui no Brasil porque o número do jornal *A luta de Classes* no qual o ensaio sairia publicado, foi apreendido pela polícia durante o movimento armado de outubro de 1930. Ao escrever, junto com Dainis Karepovs, o livro “*Na contracorrente da história*”, em que reuniu os documentos e publicações dos membros da Liga Comunista Internacionalista durante o período de 1930 e 1933, Fúlvio Abramo afirma que encontrou citações do *Esboço* em francês, feitas pelo próprio Mário Pedrosa na obra *A opção Brasileira*. Abramo indica que uma versão em francês do *Esboço* tinha sido publicada em 1931, no jornal *La lutte de classes*, e a traduziu para o português novamente. E é com essa versão que trabalharemos aqui. Para não repetir o nome completo do ensaio, durante a escrita utilizaremos apenas o termo *Esboço*.

Em discordância com Octávio Brandão, que definiu a sociedade brasileira como feudal, Mário Pedrosa e Lívio Xavier afirmam que o capitalismo, com todas as suas características, tais como a acumulação e a propriedade privada, foi exportado diretamente da metrópole para a colônia, de Portugal para o Brasil. Mas nesse processo, a burguesia metropolitana tinha uma contradição para resolver, e a resolução dessa contradição criaria uma outra contradição. Com tantas terras livres nas colônias, podendo ser transformadas em propriedade privada, e o trabalhador podendo por si mesmo acumular, ter o controle dos meios de produção, como seria possível implantar o capitalismo, uma vez que sua base é a expropriação e a exploração do trabalhador? A resposta para essa contradição foi a introdução da colonização sistemática. O Estado dominaria a terra e a transformaria em propriedade privada individualizada, adotando a mão-de-obra escravizada; primeiro indígena, depois negra, ou seja, a característica básica do capitalismo, que seria a dependência do trabalhador em relação ao capitalista, aqui na colônia, foi criada por meios artificiais. Por que a resolução dessa contradição geraria outra? Os autores citam Marx para responder: “Ali está a contradição que a burguesia da metrópole deveria resolver – o segredo de sua floração e de sua gangrena (Marx)” (PEDROSA; XAVIER, 1987). Ao resolver o

problema do meio de produção e da mão-de-obra, a burguesia criaria a contradição das classes que a derrubariam.

Mário Pedrosa e Lívio Xavier situam o Brasil, desde a conquista de suas terras, como uma vasta área de exploração agrícola, e que seu caráter de exploração rural colonial precedeu historicamente sua organização como Estado. O Império brasileiro manteve as características criadas pela exploração agrícola colonial, como o latifúndio, a produção dirigida pelos senhores da terra, com poucos trabalhadores livres no campo e nas cidades, e o trabalho escravo. Assim, não foi possível criar no Brasil a classe dos pequenos proprietários de terras, pois sua exploração por meio de cercamentos marcou a acumulação primitiva de capitais e o surgimento do capitalismo. Para Mário Pedrosa e Lívio Xavier, no Brasil a acumulação primitiva de capitais fez-se de maneira direta, com a transformação da economia escravagista em assalariada no campo, com a vinda da mão-de-obra dos trabalhadores imigrantes. Citando Marx mais uma vez, os autores dizem que no Brasil se produziu uma simples troca de forma. Segundo os autores:

No Brasil; a acumulação primitiva do capital fez-se de maneira direta: a transformação da economia escravagista em salariado do campo se fez diretamente e o afluxo migratório, que já começara antes da abolição da escravatura, teve como objeto oferecer braços à grande cultura cafeeira. Produziu-se aqui, portanto, o que Marx chama de “uma simples troca de forma” (PEDROSA; XAVIER *apud* ABRAMO; KAREPOVS, 1987. p. 67).

Podemos perceber que, para Mário Pedrosa e Lívio Xavier, o início do capitalismo no Brasil é marcado por um movimento revolucionário burguês que começou com o processo da abolição da escravidão, mas não se completou, e que as estruturas pré-capitalistas vinculadas ao mercantilismo não foram transformadas ou evoluídas, principalmente no que diz respeito à forma jurídica da terra e da mão-de-obra. O que se viu no Brasil foi um processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre vinculado ao processo de mercantilização da terra, legitimado juridicamente pela Lei de Terras de 1850. A Lei de Terras de 1850 – de 18 de setembro de 1850 - surgiu na esteira da Lei Eusébio de Queirós – de 4 de setembro de 1859 - ,

colocando fim ao tráfico negreiro. Com o fim da escravidão já planejada, a oligarquia agrária brasileira executa a transição da mão-de-obra escravizada para a livre mantendo o sistema latifundiário, característica da colonização, criando a estrutura agrária remanescente até os dias atuais (GADELHA, 1989). A terra, que na visão de Pedrosa nunca foi livre, passa a ter um valor de compra, limitando seus compradores e sendo concentrada, ao mesmo tempo que, com os recursos levantados pelo Estado brasileiro com a sua venda, era financiada a vinda de imigrantes europeus para a substituição dos escravizados libertos. Restringindo a existência da pequena propriedade de terras, a estrutura latifundiária da terra era mantida, e continuou a vasta exploração agrícola visando o mercado externo.

Antes de continuar, torna-se importante comentar uma passagem dos autores, quando afirmam: “sob uma forma peculiar de feudalismo, todos vinham explorar a força de trabalho do indígena adaptado e do negro importado” (PEDROSA; XAVIER *apud* ABRAMO, KAREPOVS, 1987, p. 68). Há diferenças entre o feudalismo proposto por Octávio Brandão e a citação acima de Pedrosa e Lívio. Octávio Brandão faz uma analogia entre o modelo europeu e o brasileiro, até a criação de uma operação psicológica característica da mentalidade medieval europeia. No *Esboço*, os autores utilizam a palavra feudalismo somente nesse ponto, quando escrevem sobre o histórico de exploração agrícola do Brasil e da transformação da escravidão em mão-de-obra assalariada. Com a leitura da obra, supomos que o termo utilizado não seja uma caracterização da economia colonial brasileira como feudal, como em Octávio Brandão, mas como uma adjetivação de uma economia ainda em formação, onde se encontram vários atributos de outros meios de produção, mas sob a hegemonia do capitalismo em sua fase mercantilista.

Mário Pedrosa e Lívio Xavier afirmam que a “burguesia brasileira” nasceu no campo e não na cidade, e toda a produção agrícola brasileira sempre foi destinada à exportação. Mesmo que ao longo da história econômica do Brasil colônia e imperial tenha ocorrido mais de um ciclo econômico, saindo da agricultura canavieira e passando pela mineração, a tradição agrária retorna,

e no século XIX ela veio com a produção do café. Os autores não fazem uma discussão aberta com Octávio Brandão, mas aqui podemos ver mais um afastamento entre as duas interpretações sobre a realidade brasileira. Octávio Brandão expõe uma oposição entre o campo e a cidade. O campo do agrarismo e do atraso cultural e econômico, dominado pelo grande fazendeiro, o espaço do agrarismo político e econômico, que trava o desenvolvimento do Brasil. E a cidade da industrialização e do desenvolvimento capitalista, lugar das lutas e do desenrolar das etapas do processo revolucionário.

Mas para os autores de *Esboço*, essa dicotomia não acontece: a burguesia brasileira nasce no campo e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil também tem suas raízes no campo. A destruição do regime escravagista, que foi determinada pela necessidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, abria novas oportunidades para a expansão da indústria inglesa, que monopolizava, então, o mercado mundial. O fim da mão-de-obra escrava só foi possível com a chegada dos imigrantes europeus que a substituíram principalmente nas plantações, e ajudaram a desenvolver o capitalismo no Brasil, atrelando esse desenvolvimento ao imperialismo, inglês e estadunidense.

Ao manter a concentração de terras e a produção para a exportação, a burguesia cafeeira de São Paulo impôs a república ao Brasil, pois entendeu que era necessária a mudança na forma de governo para proteger seu poder político e econômico. E com a república, a burguesia paulista também impôs sua hegemonia ao país. Em *Agrarismo e Industrialismo*, Octávio Brandão também conseguiu ver o domínio do estado de São Paulo na política brasileira, principalmente pelas medidas de valorização do café e pela alternância do poder executivo federal entre São Paulo e Minas Gerais. Por manter todas as condições necessárias para a exploração, tais como terras virgens, ausência de rendas fundiárias e a possibilidade da monocultura, os autores afirmam que o “formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é tipicamente, um desenvolvimento capitalista” (PEDROSA; XAVIER *apud* ABRAMO, KAREPOVS, 1987, p. 71).

Com o domínio de São Paulo e Minas no cenário político federal nos primeiros anos da república, organizou-se uma prática política conhecida como “política dos governadores”, em que o governo federal dava amplo apoio aos governadores em troca da eleição, nesses estados secundários de uma bancada pró-governo federal. Mário Pedrosa e Lívio Xavier notaram essa anomalia política ao dizer que “os representantes parlamentares dos estados secundários se tornaram representantes do poder central nos estados, ao invés de – segundo a ficção constitucional – representar os estados junto do poder central” (PEDROSA; XAVIER *apud* ABRAMO, KAREPOVS, 1987, p. 72). Isso significa que o poder da burguesia paulista se espalhou por todo o país nesse período, e, segundo os autores, com o poder da burguesia paulista vai junto o capitalismo.

Na parte do texto intitulado *A burguesia e o poder*, Mário e Lívio explicam como o desenvolvimento do capitalismo e a influência do imperialismo estadunidense reforçaram o centralismo político do governo federal, levando o presidente Washington Luís a se separar dos interesses imediatos da fração da burguesia que o levou ao poder: a burguesia da política do café com leite. À medida em que progredia o capitalismo no Brasil, mais destaque o país teve na economia mundial e mais ele chamou a atenção e sofreu influência das forças imperialistas.

A Primeira Guerra Mundial e o crescimento das práticas protecionistas geraram um crescimento da indústria nacional, o que ampliou os antagonismos de classes. Um entrave para o processo de industrialização era o fraco mercado interno brasileiro, por falta de infraestrutura básica como o transporte¹², e, para resolvê-lo, foi necessário um governo forte que investisse em infraestrutura. No entanto, a burguesia nacional não tinha base econômica para criar uma superestrutura progressista. Os autores enfatizam a dualidade da política imperialista: ao mesmo tempo em que desenvolve e revoluciona a economia nos países que lhe são submetidos, ela deseja governos fortes, centralizados que subordinam a sociedade ao seu poder. Com o apoio do capital

¹²O lema da campanha eleitoral de Washington Luís era “governar é abrir estradas”.

imperialista estadunidense, o processo de fortalecimento do governo federal foi se acentuando durante os governos de Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e Washington Luís que, segundo Pedrosa e Xavier “representa a hipertrofia do poder executivo, já separada dos interesses imediatos da fração da burguesia que o levou ao poder” (PEDROSA; XAVIER *apud* ABRAMO, KAREPOVS, 1987, p. 75).

Mas a classe burguesa no Brasil não tem consciência de classe e é fragmentada pelos estados da federação, formando oligarquias regionais. Essas oligarquias tem a preferência pelo poder centralizado, pois sob o controle da burguesia, o Estado tende a promover uma centralização crescente, e quem estivesse no poder executivo federal exerceria um domínio quase completo sobre toda a união; daí a luta pela Presidência da República. E a burguesia paulista trocou seus interesses de classe por esse poder, isolando-se da burguesia nacional para ter ganhos materiais imediatos. Essa escolha da burguesia paulista gerou uma resposta das oligarquias de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que se voltaram contra o Partido Republicano Paulista em busca de uma unidade nacional. Mário Pedrosa e Lívio Xavier relatam a existência de uma insurreição acontecendo no Brasil no momento da escrita do ensaio. Esse movimento culminou com a Revolução de outubro de 1930, depois da conclusão do *Esboço*, que trouxe a unidade nacional em moldes capitalistas.

Ao estudar a trajetória intelectual de Mário Pedrosa, podemos perceber que o *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, marcou o início de seu esforço de análise sobre a história política e econômica brasileira, ao longo das próximas décadas, de 1930 a 1960. Pedrosa, já sem a companhia de Lívio, amplia a análise acrescentando novos elementos. Ao promover o diálogo entre a dupla Pedrosa/Lívio Xavier e Octávio Brandão, poderemos marcar o lugar teórico ao qual os autores pertenciam. Em oposição à teoria da revolução por etapas do PCB e de Brandão, Pedrosa e Xavier defendem a construção de uma estratégia revolucionária pelos comunistas brasileiros. A dupla conclui seu trabalho com uma chamada aos trabalhadores. Eles

afirmam que o que traz unidade à classe burguesa é a exploração dos trabalhadores, e a obra mais urgente do trabalhador no Brasil seria a criação de um partido comunista de massas, que seria capaz de conduzi-los para sua maior tarefa: a instauração da ditadura proletária e a salvação da unidade nacional com o Estado Soviético.

Referências

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. Na contracorrente da história: documentos da liga comunista internacionalista 1930 – 1933. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

BUONICORE, Augusto C. 1919 – O primeiro Partido Comunista do Brasil e a Revolução Russa. 2017. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/artigos/153395/2017-03-16/1919-o-primeiro-partido-comunista-do-brasil-e-a-revolucao-russa>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRANDÃO, Octávio, Agrarismo e industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerras das Classes no Brasil - 1924. São Paulo: Anita Garibaldi. 2006

CUNHA, Paulo Ribeiro, Agrarismo e industrialismo: pioneirismo de uma reflexão, **Revista Novos Rumos**, UNESP, n. 26, 1997, p. 54-61. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/issue/view/162> Acesso em: 03 mar. 2020.

DEL ROIO, Marcos. A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEL ROIO, Marcos. **Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil**. n.p, 2015. Disponível em: <https://marxismo21.org/octavio-brandao/>. Acesso em: 02 mar. 2020.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

GADELHA, Regina Maria. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: Capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista História – FCHL USP*, nº 120, p. 153-162. Jan/jul. 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599> Acesso em: 10 jan. 2021

KAREPOVS, Dainis. Pas de Politique Mariô! Mário Pedrosa e a política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017

MARQUES NETO, Jose Castilho. Solidão Revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do Trotskismo no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 1991